

# BOLETIM ENERGÉTICO

Instituto Internacional ARAYARA.org

Nº 125 – Agosto de 2025

## COMO NASCEM OS “JABUTIS”?

No jargão político brasileiro, “jabuti” é o apelido dado a uma emenda parlamentar incluída em um projeto de lei, medida provisória ou outra proposição legislativa, sem qualquer relação com o tema original, ou seja, uma matéria estranha. A expressão surgiu porque, assim como um jabuti não sobe em árvore sozinho, uma emenda assim também não chega ao texto principal por acaso – alguém a colocou lá de propósito.

Esses jabutis costumam aparecer durante a tramitação de medidas provisórias ou projetos no Congresso Nacional, quando deputados e senadores, aproveitando a oportunidade, inserem dispositivos que atendem a interesses específicos, muitas vezes sem passar pelo debate técnico e público adequado.



O problema é que, uma vez colocado no texto, o jabuti caminha devagar — mas firme — em direção à aprovação, protegido, muitas vezes, por acordos de bastidor e pela falta de transparência no processo legislativo. Assim como na fábula da lebre e do jabuti, o réptil que avança lentamente, sempre chega ao destino. A lentidão aqui não é sinal de ineficiência, mas de cálculo: quanto mais discreto o movimento, menor o risco de reação pública. Projetos como o [PL 576/21](#), criado para impulsionar a energia a partir de fontes de instalação offshore, receberam emendas para fornecer subsídios aos fósseis (carvão e gás), assim gerando aumento na conta de luz dos brasileiros. Estes são grandes exemplos de como são concebidos os Jabutis, tema deste Boletim Energético da Arayara.

# Casos recentes

Medida Provisória 1.300/2025

## PROPOSTA ORIGINAL:

- Reduzir o custo de energia para famílias e pequenos empresários;
- Ampliar a Tarifa Social;
- Abrir o mercado para mais concorrência.

## O QUE ACONTECEU?

- Recebeu 600 emendas no Congresso;
- Incluíram "JABUTIS" para subsídios a carvão mineral e gás fóssil;
- Aumentam as emissões de gases de efeito estufa e impõem custos bilionários aos consumidores brasileiros.

# Outros exemplos de "JABUTIS"

Lei 15.097/2025 (Marco Regulatório de Energia "Offshore"), que autoriza a construção e operação de parques eólicos offshore nas águas territoriais do Brasil.

**OBJETIVO INICIAL:** Regular a geração offshore no Brasil.

**JABUTIS:** Inclusão de subsídios para fontes poluentes, ameaçando a transição energética.

**VETO N° 3/2025 BUSCA BARRAR ESSES RETROCESSOS.**

## O que acontece SE o Veto nº 3/2025 for integralmente derrubado no Senado Federal?

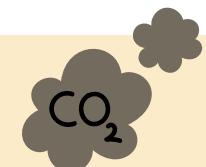
Contratação de termelétricas a carvão mineral até 2050;



Aumento de tarifas de energia elétrica para os consumidores;



+274 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes nos próximos 25 anos;



Os avanços na redução do desmatamento na Amazônia (2022–2023) serão anulados;



Perda de liderança climática do Brasil às vésperas da COP30.



## E MAIS...

Localizadas em áreas sensíveis do Cerrado, Usinas Térmicas beneficiadas pelos "JABUTIS" da Lei 15.097/2025 colocarão em risco a biodiversidade e recursos hídricos da região:



■ UTE Brasília: 1.470 MW, a 35 km do centro de Brasília  
Previsão de emitir um total de 4.765.858,124 tCO<sub>2</sub>e/ano

■ UTE Centro-Oeste: 1.250 MW, em Bonfinópolis (GO)  
Previsão de emitir um total de 3.539.956,248 tCO<sub>2</sub>e/ano

■ UTE Brasil Central: 1.250 MW, em Abadiânia (GO)  
Previsão de emitir um total de 3.539.956,248 tCO<sub>2</sub>e/ano

# O QUE DEFENDEMOS:

- Manutenção do Veto nº 3/2025 nos trechos ainda não apreciados.
- Fim dos subsídios aos combustíveis fósseis.
- Prioridade para fontes renováveis e limpas de energia.
- Respeito às metas climáticas e aos compromissos internacionais.
- Compromisso nacional com uma transição energética justa, com cuidado dos trabalhadores, devida transição de postos de trabalho para empregos verdes e aposentadorias compulsórias, escuta ativa de povos e comunidades afetadas pela indústria fóssil, metas robustas para realização de *phase out* do carvão no Brasil.



**É URGENTE MANTER  
O VETO N° 3/2025!**

- Diga NÃO aos “JABUTIS” e aos retrocessos ambientais.
- Pressione parlamentares por uma transição energética limpa, justa e econômica.

Saiba mais: [arayara.org](http://arayara.org)



# VITÓRIA HISTÓRICA!

## CONSIDERADA A MAIOR VITÓRIA CLIMÁTICA DO BRASIL EM 2025.

A Justiça Federal suspendeu a licença de operação da UTE Candiota III, a usina que lidera o ranking de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, e reconheceu a relevância dos estudos e da atuação do Instituto Internacional ARAYARA. A vitória é resultado da atuação conjunta da sociedade civil: a ação movida pela ARAYARA foi apensada ao processo do Instituto Preservar, AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) e Núcleo Amigos da Terra - Brasil, mostrando a força da mobilização coletiva na defesa do meio ambiente.

A decisão representa um marco no enfrentamento à crise climática: o Estado brasileiro foi declarado omisso e agora está juridicamente obrigado a adotar medidas sérias de mitigação e adaptação. Além disso, a usina só poderá operar se cumprir integralmente todas as condicionantes ambientais e padrões legais de emissões.

Essa conquista é fruto de décadas de pesquisa, incidência política e litigância estratégica da ARAYARA e parceiros da sociedade civil organizada. É também um marco dentro da campanha global contra a atividade de exploração do carvão mineral no Brasil, conduzida pela ARAYARA e pelo Observatório do Carvão Mineral há mais de duas décadas.

O resultado alcançado reforça a necessidade urgente de acelerar a transição energética justa no Brasil, reduzindo a dependência de fontes fósseis altamente poluentes e ampliando os investimentos em alternativas renováveis e socialmente inclusivas — como já demonstrado pela ARAYARA no estudo “UTE Candiota 2050 – O futuro insustentável da produção de energia elétrica a partir do carvão mineral subsidiado”.

■ [monitordocarvao.org](http://monitordocarvao.org)



**ARAYARA**  
.org

@arayaraoficial

Produção: ARAYARA.org | Diretores Executivos: Dra. Nicole Figueiredo de Oliveira - Diretora Executiva | Phd. Juliano Bueno de Araújo - Diretor Técnico. Gerentes Especialistas: Msc. Vinicius Nora - Gerente de Operações | Msc. John Fernando de Farias Wurdig - Gerente de Transição Energética | George Mendes - Gerente de Geociências, Geomática e Clima | Sara Ribeiro - Gerente de Relações Institucionais e COP | Lucas Kanno - Gerente Jurídico. Equipe Técnica: PhD. Hirdan Katarina de Medeiros Costa - Especialista em Energia | Alisson Capelli de Souza - Engenheiro Ambiental | Daniela Giovana da Cunha Barros - Analista Técnica Socioambiental | Joana Nascimento - Técnica em Geoprocessamento | Msc. Joubert Fuscaldi - Analista Técnico, Climático e de Geociências | Msc. Kerlem Luina Vinhas Carvalho - Coordenadora de Oceano e Águas | Msc. Rui Ogawa - Mestre em Informática | Urias de Moura Bueno Neto - Coordenador de Meio Ambiente e Engenharia Ambiental. Comunicação: Luz Dorneles - Coord. de Comunicação | Nivia Cerqueira - Analista de Relações com a Imprensa | Renata Sembay - Coord. de Cultura, Arte e Mobilização | Gabriela Santos - Mobilizadora de Comunicação | Raíssa Felipe - Mobilizadora Socioambiental. Diagramação: Isabel Machado Farias - Designer.